

Comissão de Educação está sem quórum desde fevereiro

ESTADO DE SÃO PAULO

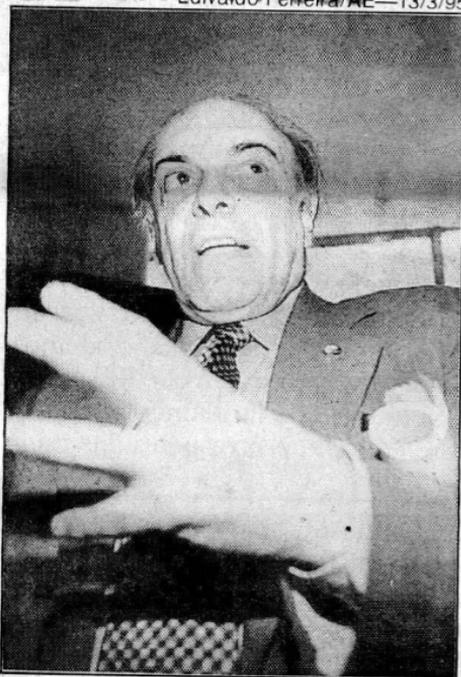
Edivaldo Ferreira/AE—13/3/95

Trabalhos não despertam interesse dos parlamentares por falta de apelo social

BRASÍLIA — Uma pauta com 16 propostas, algumas importantes como é o projeto de lei que garante proteção à propriedade industrial, não foi suficiente para convencer os integrantes da Comissão de Educação (CE) do Senado a se reunirem. A comissão iniciou seus trabalhos nesta legislatura em fevereiro, mas ainda não conseguiu quórum mínimo de 14 senadores para iniciar seus trabalhos. Nem o nome do vice-presidente, cuja indicação cabia ao PFL, foi confirmado. O partido deixou em aberto a indicação de três titulares.

O presidente da comissão, senador Arthur da Távola (PSDB-RJ), encaminhou três cartas pedindo o comparecimento de seus colegas em sete fracassadas tentativas de reunião. Távola afirmou que a ausência não ocorreu "por desídia", mas pela impossibilidade de atender ao chamado das seis comissões permanentes do Senado.

A CE é o que se pode chamar de uma comissão de grande apelo social, mas de pouco interesse político. Não depende dela, por exemplo, o aval para liberar recursos para Estados e municípios, mas os as-



Távola quer mudança no regimento

suntos relacionados a questões como educação, cultura, comunicação e ciência.

Para Arthur da Távola, somente a mudança do regimento asseguraria o funcionamento da comissão. Segundo ele, a obrigatoriedade de pôr na sessão metade mais um dos integrantes inviabiliza todo esforço de atender ao quórum. As comissões permanentes têm entre 25 e 28 integrantes, Távola quer baixar esse número para 15, o que garantiria o funcionamento com apenas oito senadores presentes. (R.C)